



IV Legislatura  
I Sessão legislativa

Número: 14  
18 de Março de 1989

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
**D I Á R I O**  
DA ASSEMBLEIA REGIONAL

**Presidente:** Deputado Reis Leite

**Secretários:** Deputados Jorge Cabral e Manuel Goulart

### SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se às 10.00 horas.

A Assembleia concluiu a apreciação do **Plano de Médio Prazo 89/92**, bem como das **Propostas de Plano e Orçamento para 1989**.

Produziram intervenções finais, sobre os documentos em apreciação, os Srs. Deputados Paulo Valadão (PCP), Rui Meireles (CDS), Martins Goulart (PS), Borges de Carvalho (PSD) e ainda o Sr. Presidente do Governo Regional, Mota Amaral.

Passou-se, de seguida, à votação dos documentos em análise, tendo os mesmos sido aprovados por maioria de votos do PSD.

Produziram declarações de voto, a diverso título, os Srs. Deputados Dionísio de Sousa (PS), Paulo Valadão (PCP), Francisco Sousa (PS), Alvarino Pinheiro (CDS) e Madruga da Costa (PSD).

Foi ainda apreciada e votada uma **Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Remuneração extraordinária a atribuir aos funcionários e agentes da Administração Regional"**.

A apresentação da proposta foi feita pelo Sr. Secretário Regional da Administração Interna, Costa Neves.

Interveio no debate, na generalidade, o Sr. Deputado Fernando Fonte (PS), tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Finalmente, foi aprovada, com 26 votos a favor do PSD, 21 votos a favor do PS, 2 votos a favor do CDS e 1 voto contra do PCP, uma **Proposta de Resolução da Mesa da Assembleia, declarando findo o período legislativo de Março**.

Os trabalhos terminaram às 14.05 horas.

**Presidente:** Srs. Deputados, vai proceder-se à chamada.

(Eram 10.00 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: **PSD** - Adelaide Teles, Alvaro Pacheco, António Gaspar Silva, António

Silveira, António Varão, Artur Martins, Borges de Carvalho, Carlos Teixeira, David Santos, Fernando Faria, Francisco José Silva, Henrique Aguiar Rodrigues, José Carlos Simas, Jorge Cabral, José Maria Bairos, José Ramos Aguiar, Madrugada Costa, Tomaz Duarte, Melo Alves, Regina Cunha, Reis Leite, Renato Moura, Rui Melo, Victor Evaristo; **PS** - Albano Pimentel, Dionísio Amaral Medeiros, António Gomes, António Oliveira Rodrigues, Victor Ramos, Dionísio de Sousa, Duarte Pires, Fernando Fonte, Francisco Sousa, João Sousa Braga, José Gabriel Lopes, Luís Filipe Cabral, Manuel Carvão Júnior, Manuel Goulart, Manuel Serpa, Martins Goulart, Carlos Pinto, Renato Leal, Ricardo Barros, Rogério Serpa; **CDS** - Alvarino Pinheiro, Rui Meireles; **PCP** - Paulo Valadão).

**Presidente:** Estão presentes 47 Deputados. Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos iniciar os nossos trabalhos com a continuação da apreciação dos documentos que têm estado em análise - PMP 89/92, Plano e Orçamento para 1989.

Para uma intervenção final sobre os documentos em análise, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

Quase a terminar este debate sobre o Plano de Médio Prazo vou fazer breves considerações finais sobre alguns sectores, embora tendo em consideração que o tempo de que disponho é muito curto.

A agro-pecuária, sector fundamental, continua a ser tratado insuficientemente.

Defendemos uma aplicação transparente das verbas disponíveis, aplicação que deve ser coerente e eficaz.

Defendemos apoio à fixação dos técnicos, promoção profissional e promoção dos produtores.

Nas pescas, as duas novidades são o início da construção, sem localização definida, de um porto de pescas em S. Miguel e a construção de um navio de investigação.

É exigível a criação de um novo quadro legislativo que regulamente e torne transparente a atribuição de incentivos para a renovação da frota.

A assumpção do turismo como "nova opção" aparece apenas ligado à existência do PNIC e não à discussão séria de possibilidades e objectivos.

Há que defender claramente uma perspectiva para o turismo que não só salogue as condições ambientais e patrimoniais, mas que as valorize como questão central no fomento de atracção de turistas.

A tendência para o aumento do desemprego é real, o que confirma a falência da política económica do Governo Regional.

A programação apresentada na habitação representa a manutenção de uma política que é injusta, uma vez que deixa de fora as classes e camadas totalmente desfavorecidas.

Há que criar programas de construção de habitação para famílias totalmente carentes e a recuperação das suas habitações.

Deve ser dado um maior apoio efectivo à melhoria da habitação rural.

O programa não define uma política global e envolvente de juventude. A criação da Secretaria Regional da Juventude não corresponde a uma alteração substancial de política.

A defesa do ambiente, em geral proclamada, é, nesta Região, desmentida diariamente com atentados de todo o tipo.

Em conclusão, os desequilíbrios sociais existentes vão continuar a verificar-se; a execução deste Plano não contribuirá para o desenvolvimento harmónico da Região; as condições de vida de muitos açorianos degradar-se-ão ainda mais.

Se por um lado consideramos que este Governo Regional endividará, cada vez mais, a Região, por outro lado, da discussão que aqui se travou, não ficou demonstrada qualquer vontade política no sentido da contenção das despesas públicas e da aplicação das verbas de forma válida, reprodutiva e eficiente.

Defendemos que esta Assembleia deverá ser informada com regularidade acerca do montante dos empréstimos assim como a ou as entidades financiadoras e o modo como são utilizados.

Desde há muito que é reconhecido que o custo de vida nos Açores é superior ao Continente. Daí nos batermos para que seja reconhecido ao funcionalismo da Região o direito a um acréscimo salarial, em relação aos seus colegas que trabalham no Continente, e que esse acréscimo seja efectivamente extensivo a todos os funcionários.

Consideramos também que os trabalhadores da função pública com título precário e que têm condições para serem integrados, como funcionários do quadro, o devem ser; e que aqueles que estão em condições de poderem progredir nas respectivas carreiras que deverão ser abertos os respectivos concursos a fim de lhes garantir a progressão nas suas carreiras.

Consideramos também que o Governo Regional tem o dever de informar esta Assembleia, com regularidade e objectividade, sobre a execução do Plano - tanto sob o aspecto financeiro como material.

Para o Partido Comunista Português com a execução deste Orçamento não se procurará aplicar os recursos regionais no sentido de contribuirem

para a criação de uma perspectiva económica, segura e justa nesta Região, no sentido do progresso, do desenvolvimento e da criação de melhores condições de vida para toda a população, dum modo muito especial as classes e camadas mais desfavorecidas.

Por tudo isto e por tudo aquilo que viemos dizendo durante estes debates, levar-me-á a votar, na generalidade, contra estes Planos e este Orçamento.

Disse.

**Presidente:** Para uma intervenção final, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Meireles.

**Deputado Rui Meireles (CDS):**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Este PMP 89/92, Plano e Orçamento 89 enfermam de alguns erros e contradições que ao longo deste debate tivemos oportunidade de denunciar, alguns de ordem formal outros de ordem material o que, no entender do Grupo Parlamentar do CDS, irá afectar o desenvolvimento dos Açores nos próximos 4 anos.

Temos, no entanto, a noção exacta de que este é o programa dum modelo de sociedade e de administração pública que difere naturalmente do CDS, menos intervencionista, mais personalizante, menos pesada, mais descentralizada, menos paternalista, e na relação sócio-económica segue a doutrina da economia social de mercado.

Assumindo esta concepção político-doutrinária, naturalmente que, e pese embora a humildade da nossa representação no tecido político regional, não podemos dar o nosso aval a um plano e a um orçamento que não corresponde às nossas expectativas nem ao modelo de sociedade que preconizamos.

Não partilhamos porém o modo de ver a coisa pública e apolítica da sua gestão sob a perspectiva da terra queimada, isto é, não assumimos nunca posições extremistas de que só nós possuímos o monopólio da verdade e tudo e todos os que conosco não convergem, deixam de ter razão, ou estão no caminho errado.

E é por isso que, na análise serena, pensada, assimilada destes documentos encontramos algumas virtualidades, alguns enunciados de intenção, alguns objectivos com os quais concordamos, embora, sinceramente desconfiemos da sua eficácia no terreno prático do dia a dia regional.

E não podemos esquecer o passado, porque o passado faz história que aponta metas ou caminhos com repercussões no futuro.

E nos programas anteriores, também se enunciavam objectivos desenvolvimentistas que, na verdade dos factos, se não verificaram no espaço social, económico, educativo e cultural nos Açores na amplitude do desejável.

E é no próprio PMP que, num arrojo de coragem, quero aqui sublinhar este aspecto positivo, o Governo declara frontalmente:

- que a sua política demográfica não atingiu a taxa de crescimento que se havia proposto;

- que a sua política de desenvolvimento regional ficou aquém dos índices desejáveis;

- que não conseguiu melhorar as relações de mercado entre as ilhas;

- que a política do emprego praticada na Região ficou aquém das metas propostas e só não atingiu proporções graves à custa do emprego no mercado do trabalho oferecido pela pesada máquina administrativa regional e por força da elevada taxa de emigração.

Esta situação é real, foi o próprio Governo que a confessou e ocorre após o decurso de 12 anos de governação com 3 Planos de Médio Prazo.

Em todos eles, foram anunciados objectivos globais e definidas estratégias que, pelos vistos, ou não eram as mais adequadas, ou então os objectivos não eram realistas, a avaliar pelo produto final.

Mas não é por aqui que o mal viria ao mundo, pois sonhar também faz parte da vida, mas acontece que, da acção do Governo, da eficácia da sua liderança numa sociedade cuja economia é altamente dependente do foro público, as consequências destes erros recaem sobre os ombros do povo que o sofre.

O irrealismo dos Planos de Médio Prazo anteriores retira naturalmente crédito a este.

Aliás, em política normalmente não há irrealismo, o que há é promessas demagógicas para contentar clientelismo.

Congratulamo-nos, no entanto, com o anunciado reforço ao apoio à iniciativa privada que sempre defendemos desde a primeira hora. Importante será contudo que o Governo consiga reestruturar os esquemas e incentivos existentes, desburocratizando-os em ordem à efectiva mobilização dos agentes económicos.

A Região tem ainda um longo caminho a percorrer no sentido da implementação duma verdadeira justiça social, e ainda não é neste plano que se descortinam medidas, há muito reclamadas, da correcção dos custos da insularidade. E a agitação social pressente-se.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Conforme o Grupo Parlamentar teve oportunidade de demonstrar ao longo deste debate, os documentos em discussão não deram o devido relevo, nem equacionaram correctamente os aspectos fundamentais da situação económica-financeira regional. O caso da dívida pública regional, da sua evolução e dos vários cenários que se podem perspectivar, alguns deles preocupantes, é claro exemplo do

que acima referimos. Por outro lado, demonstrou-se que o volume das despesas correntes orçamentadas, ao contrário do que o Governo quis fazer crer, correspondem a um modelo expansionista e, por conseguinte, em directa contradição com a pretendida racionalização de despesas de funcionamento capazes de libertar meios financeiros susceptíveis de reformarem o investimento público regional.

Na mesma linha de denúncia, o Grupo Parlamentar do CDS manifesta a sua profunda preocupação pela situação decorrente da aplicação na Região do regime fiscal vigente, que, de acordo com o Orçamento aponta para um crescimento na Região das receitas de impostos na ordem dos 21% e que fará com que, no ano presente, as famílias açorianas tenham que entregar nos cofres da Região mais cerca de 4 milhões de contos do que no ano anterior.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Teve ainda o Grupo Parlamentar do CDS a oportunidade de apresentar a sua discordância relativamente a algumas das políticas sectoriais anunciadas no PMP e denunciar lacunas e omissões à acção governativa que têm impedido que, na prática, se resolvam situações de capital importância no âmbito sócio e económico da Região.

Foram ainda e mais uma vez apresentados a esta Assembleia pelo Grupo Parlamentar do CDS vários exemplos de projectos e acções de fundamental importância para o desenvolvimento desta Região e de algumas ilhas que, apesar de ao longo dos últimos anos aparecerem sistematicamente inscritos nos planos regionais, na prática, a sua execução tem sido sempre adiada.

Apesar do Grupo Parlamentar do CDS rejeitar a proposta de Plano, em apreciação, entendeu não dever apresentar quaisquer propostas de alteração, uma vez que o Governo adoptou uma postura indicadora de que a maioria não aceitaria alterar, a nenhum pretexto, o documento em apreço.

Durante estes 3 dias de debate do PMP 89/92 e do Plano e Orçamento deste ano, resultou uma maior clarificação destes documentos.

O Grupo Parlamentar do CDS participou activamente nos mesmos e tem consciência de que deu o seu melhor contributo. Estamos certos que, deste debate, o próprio Governo Regional deve retirar algumas ilações para benefício do povo dos Açores.

Tenho dito. Muito obrigado.

**Presidente:** Para uma intervenção final tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

**Deputado Martins Goulart (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Ao longo da história destas ilhas de bruma,

os homens e as mulheres dos Açores nunca se conformaram perante a adversidade, tivesse ela origem num cataclismo natural ou na força opressiva do estrangeiro dominador.

As populações insulares - colocadas perante mutações profundas ocorridas no seu ordenamento natural - definem comportamentos de sobrevivência que percorrem uma vasta graduação de possíveis adaptações sociológicas, desde o reforço do isolamento intra-comunitário até à organização de verdadeiros êxodos sociais.

Os Açores e o seu Povo contêm esta realidade complexa - de raiz reactiva - que nos diferencia culturalmente e que poderá acentuar as tendências de desagregação social se a acção de factores exógenos imprimir percepções negativas.

Neste contexto, a ordem do dia das nossas preocupações aponta para a temática da integração europeia e os impactos previsíveis dela decorrentes. De tal forma assim é que nenhum açoriano consciente deixará de considerar as grandes modificações que se operarão brevemente na nossa débil estrutura sócio-económica e que serão levadas a cabo, em larga medida, durante o mandato do IV Governo Regional.

A realidade mais significativa desta fase da história dos Açores resume-se, portanto, na palavra **mudança**, ficando ainda por resolver a questão referente ao controle do processo já em curso, isto é, se teremos ou não capacidade para decidir o nosso próprio futuro, acautelando interesses inalienáveis face às provocações centralistas ou aos apetites internacionais conhecidos, e gerindo da forma mais correcta o processo de transformação a que, voluntariamente, aderimos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

O risco que corremos é real e preocupante face à incapacidade manifestada por este Governo Regional quanto ao estabelecimento de protocolos de colaboração cuja efectividade devia estar já assegurada no que se refere a matérias de interesse comum ao Estado e à Região, designadamente as constantes nas alíneas a), b) e d) do artigo 74º, das alíneas d), e), f), g) e h) do artigo 75º, bem como o cumprimento integral dos artigos 93º e 99º do Estatuto da Autonomia. As disposições referidas dizem respeito a importantes direitos de natureza económica e financeira que urge assegurar, sob pena de não se concretizar uma parcela fundamental da nossa gestão autonómica.

Não é com optimismo que encaramos esta questão. De facto, o clima de afrontamento adoptado por este Governo e as alterações sucessivas do discurso político dos seus membros - que tem variado entre o apocalíptico e o triunfal - demonstram

a instabilidade, a incoerência e a insegurança que decorre de uma acção governativa assente na conflitualidade em vez de se organizar na base de relações institucionais normalizadas.

Assim, as conquistas de hoje serão as derrotas de amanhã e, com as limitações óbvias deste Governo, dificilmente se poderá encarar, com realismo, o êxito de tão arrojada empresa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

O Plano de Médio Prazo e os Planos Anuais assumem, nesta situação, uma importância saliente e devem ser analisados à luz do quadro político em que as acções propostas serão desencadeadas.

Teremos, em primeiro lugar, de assinalar que, no decurso de 13 anos de experiência autonómica, assistimos à evolução condicionada de um processo político que nunca teve em devida conta as exigências de um planeamento correctamente escalonado espacial e temporalmente. Na sua larga maioria, as opções de investimento ficaram à mercê do imediatismo político-eleitoral ou de conjunturas viciadas, o que em todas as circunstâncias ocasionou situações de bloqueamento estrutural, impeditivas da necessária harmonização do desenvolvimento regional e sustentadoras de mecanismos de repulsa à incorporação de novos factores de progresso. Para exemplo, bastará referir o investimento público aproximado de 100 milhões de contos em 12 anos de governação do PSD e de Mota Amaral, cujo impacto reprodutivo foi mínimo porque foi realizado em função de políticas descoordenadas de índole conjuntural que, em muitos casos, provocaram desacertos estruturais, deixando em quase todas as ilhas a marca do erro e do desperdício resultantes da acção governativa.

Assim foi, e assim é, porque o Governo não respeitou nem respeita os preceitos necessários à correcta elaboração de Planos que visem o desenvolvimento integral e harmonioso da Região Autónoma dos Açores.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Foi contra esta realidade que no passado dia 9 de Outubro o Povo dos Açores exigiu mudança. Mas, estranhamente, o IV Governo Regional e o seu Presidente parecem não ter compreendido a mensagem. Assim, e a coberto de uma verborreia tecnicista - que nem demonstra competência nem consegue iludir a insegurança política subjacente - o Governo Regional falseia novamente os importantes instrumentos de progresso e desenvolvimento que deviam ser as propostas de Plano de Médio Prazo 1989/92 e Orçamento e Plano Anuais para 1989, ao apresentar-nos mais uma listagem de intenções, norteadas pelo imediatismo e a demagogia

eleitoralista.

Conforme foi oportuna e, largamente demonstrado pelos deputados socialistas durante o debate que agora encerro...

(Risos do PSD e do Governo)

**O Orador:** ...em nome do meu Grupo Parlamentar, e perante a admissão publicamente feita...

(Protestos inaudíveis do PSD e do Governo)

**O Orador:** Eu vou repetir para ouvirem novamente, já que gostaram.

Conforme foi oportuna e largamente demonstrado pelos deputados socialistas durante o debate que agora encerro em nome do meu Grupo Parlamentar, e perante a admissão publicamente feita por membros do Governo aqui presentes de que, em importantes sectores da governação, nem metas, nem objectivos se podem identificar na programação proposta, não se torna difícil justificar a rejeição destes documentos...

(Protestos inaudíveis do PSD e do Governo)

**Presidente:** Peço que mantenham a calma para o Sr. Deputado poder ser ouvido no seu discurso.

**O Orador:** Vou repetir já que gostaram muito desta passagem.

...e perante a admissão publicamente feita por membros do Governo aqui presentes de que, em importantes sectores da governação, nem metas, nem objectivos se podem identificar na programação proposta, não se torna difícil justificar a rejeição destes documentos na base da sua insuficiência técnica e consequente inadequação às exigências de uma política séria de desenvolvimento negocial.

(Protestos inaudíveis da bancada do Governo)

**Deputado Fernando Fonte (PS):** Vocês estão cegos ou quê?

**O Orador:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Planear não é um mero exercício de álgebra ou de estatística elementar. A elaboração de um Plano pressupõe uma opção política e um modelo sócio-económico de desenvolvimento; e, pelo menos, neste domínio não se encontram nos documentos apresentados a esta Assembleia os referenciais respeitadores destas condições.

Para precisar a demagogia do Governo bastará ler parte do Programa nº 7 do Plano Anual para 1989, referente à construção de unidades de saúde. Nele se diz, a páginas 17, (e cito parcialmente): "A construção do novo Hospital de Ponta Delgada e o seu apetrechamento global (...)" (fim de citação). Quem ler só o conteúdo deste programa pensará que no ano de 1989 ficará construído e completamente apetrechado o novo Hospital

de Ponta Delgada. Mas a decepção acontece quando no PMP 1989/92 se constata a páginas 142 que a dotação orçamental correspondente para o ano de 1989 é de 70 000 contos, o que deve cobrir exclusivamente os custos com o projecto em causa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Talvez seja o saco azul da Europa...

**Deputado José Carlos Simas (PSD):** Azul e branco!

**O Orador:** ...e a evidente subvalorização das receitas que impele este Governo para uma nova fase de experimentação demagógica.

Compete-nos aqui, por isso mesmo, deixar um alerta sobre a pertinente questão da credibilidade de um processo que, para além de exigir a garantia de indispensáveis e vultuosos recursos financeiros requer também níveis de execução nunca conseguidos por Governos das mesmas pessoas e do mesmo partido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

A grande tarefa da oposição regional, nesta matéria, não se restringe ao domínio da discussão ritual das propostas dos Planos e do Orçamento que hoje serão votados. As propostas de alteração que apresentamos relativamente a diversos programas pretende ilustrar como se faria melhor, mesmo com base na insuficiência sobejamente evidenciada na arquitectura destes documentos.

É todavia um acto simbólico e pedagógico, pois na ausência de um modelo de desenvolvimento devidamente justificado pelo Governo pouco mais se poderia adiantar.

Para exemplificar esta problemática, permitam-me que utilize uma analogia extraída da teoria de sistemas e que simplificarei para facilitar uma clara apreensão do fenómeno de planeamento tal como ele se nos apresenta.

Usarei, nesta analogia, o modelo mais simples designado por modelo de caixa preta...

**Deputado Gaspar da Silva (PSD):** Não é a do avião!

**O Orador:** ...que representa um sistema indefinido.

No caso em apreço, o sistema indefinido será constituído pelo complexo sócio-económico regional, cuja caracterização dinâmica não é - como já referi - conhecida. De acordo com este modelo, a avaliação das características dinâmicas do sistema indefinido assentará no estudo correlativo das entradas e das saídas do sistema, isto é, na relação de causa e efeito entre as acções executadas e o respectivo impacto na situação sócio-económica da Região.

Deste modo, não se conhecendo "à priori" os efeitos reais da programação proposta nos Planos em apreciação, não se poderão efectuar

previsões seguras, tal é o grau de imprecisão existente na caracterização do sistema sócio-económico regional.

**Secretário Regional da Economia (Álvaro Dâmaso):** Grande teoria!!!

**O Orador:** É o modelo mais simples para os Srs. Membros do Governo compreenderem!

(Risos do Governo)

**O Orador:** Mas, dizia, esta realidade insofismável determina que à oposição caiba principalmente, o papel de fiscalizar e acompanhar a execução das medidas propostas, na ausência da informação exigível para substanciar uma análise completa das medidas de política e dos investimentos propostos nos Planos em discussão.

O trabalho da oposição parlamentar que representamos afirmará as nossas opções e a clareza do nosso projecto alternativo não só nesta Assembleia como em todas as ilhas da nossa Região e no seio das comunidades não residentes.

**Vozes do PSD:** Na Califórnia!!!

**O Orador:** Também na Califórnia! O Sr. Dr. Mota Amaral vai chegar tarde desta vez à Califórnia!

(Risos do PSD e do Governo)

**O Orador:** Torna-se cada vez mais premente difundir uma mensagem de esperança, baseada numa alternativa que signifique a **mudança que todos anseiam para o bem estar e o progresso dos Açores.**

**Deputado Ricardo Barros (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Infelizmente, enquanto o PS aposta com firmeza na dignificação da Autonomia, consolidando pelo diálogo e a concertação os seus alicerces constitucionais e defendendo intransigentemente o seu ordenamento institucional, alguns irresponsáveis persistem em denegrir a importância vital desta Assembleia no contexto da Autonomia Democrática.

Os comportamentos aviltantes - venham eles de alguns membros do Governo ou de certos deputados visivelmente comandados - cuja finalidade visa desprestigiar o bom nome desta Casa e aqueles que aqui representam todo o Povo dos Açores, têm de ser denunciados e impedidos.

Sabemos perfeitamente quais são as intenções de quem utiliza a guerrilha verbal e o insulto pessoal como estratégia de desestabilização deste órgão. Desde já avisamos que não conseguirão os seus objectivos. Mas nunca imaginámos que ousassem manifestar tanto desespero, de forma tão baixa e tão contrastante com as qualidades cívicas e morais do nosso Povo.

**Vozes do PS:** Muito bem!

(Protestos inaudíveis do PSD e do Governo)

**O Orador:** O Grupo Parlamentar do Partido Socialista não ficará de braços cruzados se se mantiver um clima de afrontamento que ponha em causa a credibilidade política do órgão máximo da Autonomia Regional; e apela ao bom senso de todos, para que, ao honrar as funções de que fomos investidos pelo voto livre de todos os Açorianos, adquiramos uma nova e mais digna postura nas nossas relações de trabalho, especialmente não permitindo a alguns membros do Governo a veleidade de usar esta Câmara como palco de comportamentos deveras degradantes.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Muito bem!

(Protestos inaudíveis da bancada do Governo)

**O Orador:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Estamos perante um Governo que se recusa a responder a questões importantes colocadas pelos deputados;

Um Governo que dentro desta Casa tenta manipular os órgãos de comunicação social e assim favorecer a sua imagem perante o Povo dos Açores em detrimento da imagem real - boa ou má - que o Governo e os partidos aqui representados merecem que seja conhecida em função do exercício das respectivas competências.

**Vozes do PSD:** Mentira!

**O Orador:** Enfrentamos uma situação que urge corrigir com prioridade para que a Região brevemente disponha de um Plano, de um Governo e de uma Assembleia que honre a Autonomia e mereça a confiança do Povo dos Açores.

Disse.

**Vozes do PS:** Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

**Presidente:** Para uma intervenção final tem a palavra o Sr. Deputado Borges de Carvalho.

**Deputado Borges de Carvalho (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia Regional, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários e Subsecretários Regionais, Srs. Deputados:

Os homens valem por aquilo que são e não por aquilo que têm ou invocam ter.

**Vozes do PSD e do Governo:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Os Açorianos não têm muito; melhor, têm pouco, mas têm muito valor pela forma da sua existência.

Ao apreciar a proposta de Plano de Médio Prazo para 1989/92 e a proposta de Plano Anual para 1989, bem como a proposta de Orçamento Regio-

nal, está esta Assembleia a preparar mais um acto de interesse relevante para o desenvolvimento económico e social do Povo dos Açores.

Antes de mais convirá não deixar cair no esquecimento que, após a instauração da democracia em Portugal, sempre as instituições autonómicas funcionaram, adentro dos princípios democráticos, com regularidade e normalidade.

Assim, sempre foram apresentados, apreciados e votados os Planos de Médio Prazo e os Planos Anuais, bem como os respectivos Orçamentos, situação que, durante algum tempo, constituiu excepção no País.

Pese embora o facto do Orçamento não ser um acto livre, pois tem de ser elaborado de harmonia com as "Opções do Plano", vamos apreciar, em primeiro lugar, a proposta orçamental e, posteriormente, as propostas de plano. E isto pela simples razão de que a conjuntura actual torna excessivamente patente o velho aforismo "não é possível fazer omeletes sem ovos".

O Orçamento é uma previsão das despesas a realizar e dos processos de obter recursos para cobrir as despesas assim autorizadas.

O Orçamento Regional tem de ser discriminado por tipos de receitas e por dotações globais correspondentes às despesas de funcionamento e ao conjunto dos programas de investimento de cada Secretaria Regional e tem ainda de respeitar os princípios orçamentais gerais, consagrados no artigo 108º da Constituição.

A proposta orçamental encontra-se elaborada de harmonia com os princípios constitucionais e estatutários, bem como com as "Opções do Plano".

Verifica-se o equilíbrio do orçamento corrente e, quanto ao orçamento, o equilíbrio formal.

As despesas correntes revestem um peso significativo no Orçamento Regional, sendo no entanto de registar que ficam aquém das despesas de investimento.

Convém, no entanto, ao falar de despesas correntes, ter presente que se está numa Região com nove ilhas, tornando-se obrigatório a multiplicação de serviços. Revestem peso significativo as despesas com a educação e saúde.

Não podemos nem devemos deixar de referir que consideramos necessário que a Administração seja mais célere, mais eficaz e mais humanizada.

É imperioso que se acabe, ou se reduza ao mínimo, o desemprego friccional, que corresponde a uma situação em que, por desajustamentos ocasionais dos mecanismos, ficam recursos económicos utilizáveis por usar, quer se trate de recursos materiais, quer humanos.

Pensamos que, nesta matéria, muito há a fazer no sentido da racionalização e no melhor aproveitamento dos recursos de que dispomos. É um dos desafios para a actual Administração Regional,

que esperamos seja capaz de o debelar, custe o que custar.

Igualmente pensamos que é necessário estar-se atento às situações de subemprego que correspondem às situações em que, sem ser patente a não utilização de elementos produtivos, eles são utilizados abaixo da produtividade que poderiam atingir.

Há, assim, uma caminhada longa a percorrer no sentido da satisfação das necessidades, da responsabilização e da consciencialização dos deveres sociais.

Não menos importante do que preocuparmos com as despesas, é, sem dúvida, pensarmos nas receitas, pois aquelas estão condicionadas por estas. E, diga-se, estamos conscientes e convictos de que somos uma Região pobre dum país pobre. Mas quais são as receitas da Região?

A esta questão encontramos resposta expressa no artigo 95º do Estatuto Político-Administrativo, que estabelece que, além dos rendimentos do património, dos impostos, taxas, multas, coimas, etc., constituem receitas da Região os benefícios decorrentes de acordos e tratados internacionais directamente respeitantes à Região; o apoio financeiro do Estado a que a Região tem direito, de harmonia com o princípio da solidariedade nacional e o produto de empréstimos.

O artigo 98º do Estatuto Político-Administrativo estabelece que "os benefícios decorrentes de tratados e acordos internacionais directamente respeitantes à Região serão afectados a projectos de desenvolvimento desta".

Conjugando esta disposição estatutária com as consagradas nas alíneas f) "dispor de receitas fiscais nelas cobradas" e p) "participar nas negociações de tratados e acordos internacionais que directamente lhes digam respeito, bem como nos benefícios deles decorrentes", do artigo 229º da Constituição, forçoso é concluir que constituem receitas da Região os benefícios decorrentes de tratados e acordos internacionais.

Significa isto que as contrapartidas de acordos Luso-Americanos e Luso-Franceses, que respeitarem directamente à Região, constituem receita desta.

Significa isto que não devem ser repartidas as contrapartidas dos referidos acordos.

**Vozes do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Significa isto que é receita da Região, não só os 52 milhões de dólares em numerário, como os 200 milhões de dólares em espécie, contrapartidas do Acordo Luso-Americano e o mesmo se aplica às contrapartidas do Acordo Luso-Francês.

Significa isto que, em termos constitucionais e estatutários, do Orçamento Regional deveria constar uma receita superior à que nele se encon-

tra prevista.

Outra receita da Região, como se disse, "é o apoio financeiro do Estado a que a Região tem direito, de harmonia com o princípio da solidariedade nacional".

Neste sentido - e intencionalmente repetimos normas estatutárias e constitucionais porque, muitas vezes, embora fazendo parte de leis fundamentais, passam ao esquecimento - dispõe o artigo 99º do Estatuto Político-Administrativo que "de harmonia com o princípio da solidariedade nacional, o Estado dotará a Região dos meios financeiros necessários à realização dos investimentos constantes do Plano Regional que excederem a capacidade de financiamento dela, de acordo com um programa de transferência de fundos a acordar entre o Governo da República e o Governo Regional".

Acresce a isto o princípio constitucional de cooperação dos órgãos de soberania e dos órgãos regionais, consagrado no nº 1 do artigo 231º da Constituição, que estabelece que "os órgãos de soberania asseguram, em cooperação com os órgãos de governo regional, o desenvolvimento económico e social das regiões autónomas, visando, em especial, a correcção das desigualdades derivadas da insularidade".

Trata-se de uma directiva constitucional que obriga o Estado (designadamente o Governo) a promover o desenvolvimento económico da Região Autónoma dos Açores. A inércia do Governo nesta matéria configura uma situação de inconstitucionalidade por omissão, prevista no artigo 283º da Constituição.

O artigo 93º do Estatuto Político-Administrativo estabelece ainda que "a solidariedade nacional vincula o Estado a suportar os custos das desigualdades derivadas da insularidade, designadamente no respeitante a comunicações, transportes, educação, cultura, segurança social e saúde, incentivando a progressiva inserção da Região em espaços económicos amplos, de dimensão nacional e internacional".

Como se sabe, é incumbência do Estado "operar as necessárias correcções das desigualdades na distribuição da riqueza e do rendimento"; "orientar o desenvolvimento económico e social no sentido de um crescimento equilibrado de todos os sectores e regiões e eliminar progressivamente as diferenças económicas e sociais entre a cidade e o campo".

Não parece necessário salientar os custos acrescidos das comunicações, dos transportes, da educação, da cultura, da segurança social e saúde, derivados de sermos nove ilhas, distantes umas das outras, e muito mais distantes do Continente.

Acresce a tudo isto o facto do rendimento



per capita regional ser da ordem dos 60% do nacional e deve ser da ordem dos 30% da Comunidade Económica Europeia e, a nível de regiões periféricas, a nossa Região é a que se encontra em situação mais desfavorecida.

Estes números tornam mais patente a incumbência do Estado de operar as necessárias correcções das desigualdades na distribuição da riqueza e do rendimento, bem como eliminar as diferenças entre regiões.

Não nos parece assim possível, perante o quadro constitucional e estatutário vigente, não colocar ao dispor da Região os meios necessários para levar por diante o desenvolvimento económico e social da Região, eliminando, deste modo, progressivamente, as desigualdades existentes entre o povo dos Açores e o povo do Continente.

Nem é possível dar uma interpretação restritiva do quadro legal vigente - a não ser que a revisão constitucional o passe a fazer - de forma a concluir em sentido inverso, pese embora vivermos numa época em que as interpretações, por vezes, são dadas de acordo com o destinatário, como, por exemplo, se verificou com o Código da Sisa e do Imposto sobre Sucessões e Doações.

Dispondo de receitas, passemos à análise genérica e sucinta da forma como se propõe o Governo aplicá-las.

Como se sabe, o Plano tem como objectivo genérico orientar, coordenar e disciplinar a economia em geral. Vincula directamente o sector público regional e influi, quanto ao mais, por forma indirecta.

Estes princípios verificam-se em qualquer situação, mas revestem particular importância numa Região como a nossa.

Efectivamente estamos num espaço económico diminuto e ainda carecido de infraestruturas que permitam o arranque decisivo do investimento privado.

O facto de termos consciência da nossa pequenez, não faz com que aceitemos as recentes teses do miserabilismo do Povo Açoriano.

**Deputado Rui Melo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Somos pequenos mas temos uma alma grande!

A prova da nossa grandeza espiritual está comprovada por toda a parte do mundo e, sobretudo, no engrandecimento do nosso próprio país.

A nossa pequenez não diminui em nada a nossa dignidade!

A nossa pequenez não pode ser invocada para justificar a acção dos que pretendem que tenhamos cada vez menos!

É difícil compreender que existam açorianos que, reconhecendo a nossa situação desfavorecida, reivindicam mais investimentos, sem encontrarem

os recursos, ou até mesmo considerando que os recursos ao nosso dispor são mais do que suficientes.

**Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Gualter Furtado):** Muito bem!

**O Orador:** Planear implica conhecimento da realidade e exige participação, não só a nível de trabalhos preparatórios, como também na própria discussão parlamentar, assim como demonstra ou demanda alguma seriedade e convicção.

Assim sendo, é difícil compreender algumas das propostas de alteração apresentadas pelo Partido Socialista nesta Assembleia e que, a título de exemplo, apenas referiremos uma.

Para o Programa nº 8, o Partido Socialista apresenta uma proposta de "beneficiação e equipamento de unidades de saúde". E então diz o seguinte:

"Dotar os Hospitais da Horta, Angra do Heroísmo e Ponta Delgada, de estruturas físicas e humanas, para diminuir a mortalidade infantil na Região para 9%".

(Risos do PSD e do Governo)

**O Orador:** Registamos e parece-nos digno de relevo o empenho nas "estruturas humanas".

No nosso contexto económico reveste significado especial o investimento público.

Este, no próximo quadriénio, é, em termos quantitativos, digno de registo e apreço.

Mas por sermos uma Região dispersa e pobre cada vez mais convém ter presente que o investimento público deve ter como objectivo primeiro e último o desenvolvimento solidário de todas as parcelas regionais. Tem de prosseguir o objectivo de eliminar as desigualdades regionais. Tem de ter presente a vocação espacial de cada zona regional.

Convém não esquecer que o desenvolvimento solidário é o que dá conteúdo e até sentido à autonomia regional. Recordá-lo aqui e agora é premente, pois volta a pairar nalguns espíritos a teoria "dos comboios ou dos vapores". Até porque este princípio da solidariedade nas despesas já tem a sua correspondência na obtenção das receitas. Pensamos que quer um quer outro são elementos essenciais para o processo de desenvolvimento e afirmação do Povo dos Açores.

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Muito bem!

**O Orador:** A situação de que se parte no início deste Plano de Médio Prazo é bastante melhor do que em anos transactos, mas é talvez mais complexa, quer em termos sociais, quer em termos económicos.

Em termos sociais existe uma certa incerteza sobre o nosso futuro. Um dos sintomas preocupantes é o surgimento de um certo surto emigratório

com algum significado.

Em termos económicos é o receio da dificuldade de não haver capacidade de resposta à entrada em espaços económicos mais amplos e de grande capacidade concorrencial.

A situação descrita, que nos parece realista, exige de todos uma resposta eficaz e um maior grau de responsabilidade.

Em termos genéricos a proposta de Plano tem presente a situação actual e constitui a resposta possível, dada a conjuntura e os circunstancialismos que a rodeiam.

A proposta de Plano visa o aumento da produção e do emprego e prossegue o esforço de investimento de alguns anos a esta parte na educação e na formação profissional.

Para o efeito, destina a maior parte dos meios disponíveis à agricultura, pecuária, pescas e turismo, continuando a afectar uma parcela significativa daqueles ao investimento nas infraestruturas escolares e na formação profissional.

Trata-se de uma opção correcta e realista, pois é imperioso criar mais riqueza e mais emprego para conseguir o bem estar social que permita a todos os açorianos viverem na sua terra e começarem a ter acesso a um rendimento mais próximo do nacional e europeu.

**Deputado José Carlos Simas (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Para dar o salto qualitativo que é necessário dar, sob pena de pormos definitivamente em causa a nossa recuperação, é imperioso proceder à modernização da Administração Regional. Fundamentalmente é necessário proceder de imediato à desburocratização e simplificação dos processos administrativos. É necessário responsabilizar a Administração.

É inaceitável que não sejam resolvidos, em prazos razoáveis, questões relacionadas com funcionários e agentes da Administração, como, por exemplo, reclassificações e pagamento de remunerações a que tenham direito.

A Administração tem de respeitar os direitos dos seus funcionários e agentes e depois, exigir com rigor o cumprimento dos seus deveres.

**Vozes do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Numa palavra: há que humanizar a Administração!

Consideramos de extrema importância dar atenção especial às questões ambientais. Daí que mereça todo o nosso apoio o programado nesta matéria.

Efectivamente é, por vezes, constrangedor verificarmos que numa terra tão bela como a nossa haja tantos atropelos ao ambiente como os que existem. Acresce que tal preocupação deve ser ainda mais cuidadosa ao encetar-se uma aposta num crescimento económico acelerado, pois este

deve dar-se sem atropelos àquilo que temos e somos.

É com agrado que se constata a esperança, a confiança e a aposta feita na iniciativa privada. Significa isto, pura e simplesmente, que acreditamos no açoriano.

Para o efeito é necessário lançar mão dos meios legais ao dispor para minimizar os custos acrescidos do investimento na Região; haver uma resposta eficaz e célere da Administração aos processos presentes pelos agentes económicos e fazer-se uma clara definição do que está vedado ao investimento privado.

É necessária uma definição clara de qual o campo de acção de cada um dos sectores.

Pensamos que o proposto para o próximo quadriénio levará de facto os agentes económicos a acreditarem, em primeiro lugar, neles próprios e, em segundo lugar, na capacidade de resposta da Administração.

O planeado constitui um desafio, não só para o Governo Regional, mas para todos - instituições e agentes económicos.

Trata-se de um Plano arrojado e audacioso. Para o concretizar vai ser necessário o empenho de todos, bem como o seu acompanhamento.

É o Plano adequado às nossas necessidades!

É o Plano do Povo dos Açores, e isto porque quem o vai executar é o Governo dos Açores, que é o Governo de todos os Açorianos e não apenas de alguns!

**Vozes do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**O Orador:** Passemos todos à acção, pois a nossa Região, o nosso povo merecem que actuemos diligentemente ao seu serviço.

Sirvamos o nosso povo apaixonadamente, com todas as nossas forças e com dignidade!

Disse.

**Vozes do PSD:** Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD e do Governo)

**Presidente:** Para uma intervenção final tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

**Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo tem a noção perfeita das suas graves responsabilidades.

Doze anos de governação social democrata arrancaram a nossa Região ao seu atraso antigo.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Era bom, era!...

**O Orador:** Temos ainda muito que avançar.

No quadro da Europa rica, somos dos mais pobres.

Este mandato é decisivo para os Açores e para o Povo Açoriano.

A dinâmica da integração europeia arrasta o nosso País.

Não podemos ficar para trás!

O Governo aceita sem hesitar o desafio.

Queremos actuar com mais eficácia.

A nova orgânica governativa abriu novas perspectivas.

Precisamos de recrutar quadros qualificados.

Estamos a abrir novas frentes.

Na cooperação externa, nas relações com as comunidades açorianas, na comunicação, na promoção do investimento, no ambiente.

Tudo isto tem custos.

Os benefícios são muito superiores.

Devo destacar uma referência à Universidade dos Açores.

O Governo tem alto empenho na resolução do problema das instalações da Universidade.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Não tem é verbas!

**O Orador:** O Plano de Médio Prazo em apreciação prevê uma verba que é quatro vezes superior à do anterior.

Os trabalhos preparatórios tiveram em vista projectos já inventariados.

O aprofundamento do diálogo com os órgãos da Universidade, no início do mandato deste IV Governo, permitiu identificar de modo mais perfeito as necessidades dessa instituição fundamental para o desenvolvimento dos Açores.

O Governo dar-lhes-á, com vénia desta Assembleia, sem atrasos, resposta cabal.

O Plano e o Orçamento são verdadeiramente arrojados.

Os nossos objectivos de desenvolvimento desafiam a iniciativa privada.

Empresários e trabalhadores açorianos vão ter palavra decisiva.

A aprovação do Plano pela Assembleia exprimirá a adesão do Povo Açoriano.

O Povo quer andar para a frente.

Tranquilamente.

É preciso dizer que sim!

Disse.

(Aplaudido, de pé, pela bancada do PSD)

**Presidente:** Srs. Deputados, antes de passarmos às votações vamos fazer um intervalo de 20 minutos.

Peço aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares, ao Sr. Deputado do PCP e aos Srs. Membros da Mesa o favor de se reunirem comigo no meu gabinete.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

(Eram 11.20 horas)

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 12.00 horas)

Peço aos Srs. Deputados o favor de ocuparem os seus lugares, uma vez que vamos proceder a votações.

Nós vamos votar da seguinte maneira: votamos agora estes três documentos que estiveram em apreciação - um de cada vez - na generalidade e, depois, passaremos então à especialidade.

Vou pôr à votação, na generalidade, a proposta de Plano de Médio Prazo 1989/92.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de Plano de Médio Prazo 1989/92 foi aprovada por maioria com 26 votos favoráveis do Partido Social Democrata, registando 21 votos contra do PS, 2 votos contra do CDS e 1 voto contra do PCP.

**Presidente:** Votamos agora, também na generalidade, a proposta de Plano para 1989.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de Plano para 1989, foi aprovada por maioria com 26 votos favoráveis do Partido Social Democrata, registando 21 votos contra do Partido Socialista, 2 votos contra do Centro Democrático Social e 1 voto contra do Partido Comunista Português.

**Presidente:** Votamos agora, na generalidade, a proposta de Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 1989.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de Orçamento foi aprovada por maioria com 26 votos favoráveis do Partido Social Democrata, registando 21 votos contra do PS, 2 votos contra do CDS e 1 voto contra do PCP.

**Presidente:** O Sr. Deputado Paulo Valadão, do PCP, pede uma interrupção de 30 minutos.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

(Eram 12.05 horas)

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 12.35 horas)

Vamos começar as votações do Plano de Médio Prazo.

Para o Programa nº 1 há uma proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista, que é a que vai ser votada em primeiro lugar.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta de alteração façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de alteração foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 21 votos favoráveis do PS, 1 voto favorável do PCP e 2 abstenções do CDS.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para uma declaração de voto.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desejava neste momento acentuar um aspecto que referimos repetidamente nas nossas críticas ao Plano de Médio Prazo: a imprecisão em relação aos objectivos sectoriais.

A maioria e o Governo tem aí conseguido sem grande dificuldade um modelo do que poderia ser o Plano de Médio Prazo.

Vejamos um exemplo ou dois em relação aos objectivos para as construções escolares:

"Na Educação Pré-escolar abranger (no período do Plano) 80% das crianças com 5 anos; 60% das crianças com 4 anos e 40% das crianças com 3 anos.

No 1º Ciclo do Ensino Básico alargar a rede de modo a reduzir o regime de curso duplo a 1/3 da situação actual.

No Ensino Secundário ampliar a rede escolar de forma a dotar as escolas com capacidade para albergar mais 20% dos alunos e implementar-se e expandir o ensino profissional a cerca de 20% dos alunos.

No Ensino Superior garantir as condições humanas e materiais que permitam aumentar o sucesso escolar em 10% e elevar a oferta provável de 11% para 20% do grupo etário próprio.

Na Educação e Ensino Especial criar as condições para elevar a cobertura para 30%".

Com estes objectivos sectoriais saberíamos para onde iríamos e onde estaríamos, saberíamos rigorosamente, saberíamos controlavelmente, ao chegar ao fim de 1992, onde é que estaríamos no cumprimento ou não dessas metas.

Fazêmo-lo apenas a título de exemplo neste sector porque, evidentemente, não temos a pretensão de transformar o Plano de Médio Prazo do PSD no Plano de Médio Prazo do PS, mas entendemos ser nossa obrigação dar um gesto ou outro simbólico que permita situar tecnicamente os objectivos na quantificação que eles efectivamente devem ter para que todos saibamos - todos Assembleia Regional, todos Governo, todos Açorianos - para onde é que caminhamos e o que é que queremos até 1992.

Com o que fica aprovado não sabemos para onde é que caminhamos, não sabemos o que é que queremos, não poderemos controlar aquilo que acabamos de aprovar, para além das outras limitações de recursos financeiros devido à forma como o Plano tem previsto o seu financiamento.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Votei favoravelmente a proposta do Partido Socialista porque consideramos que os objectivos apontados estão mais bem definidos do que na proposta apresentada pelo Governo.

Disse.

**Presidente:** Votamos o Programa nº 1 da proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstiveram façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada por maioria com 26 votos favoráveis do PSD, registando 21 votos contra do PS, 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Para o Programa nº 2 o Partido Socialista apresenta uma proposta de alteração, a qual vai ser votada em primeiro lugar.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 21 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e 1 voto favorável do PCP.

**Presidente:** Votaremos agora a proposta do Governo para o Programa nº 2.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada com 26 votos favoráveis do PSD, registando 21 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP e 2 abstenções do CDS.

**Presidente:** Para o Programa nº 3 o Partido Socialista apresenta uma proposta de alteração que passamos a votar.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 26 votos contra do PSD e 1 voto contra do PCP, registando 21 votos favoráveis do PS e 2 votos

favoráveis do CDS.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Votámos contra esta proposta porque não vemos razão para a alteração da verba.

Disse.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa para uma declaração de voto.

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PS apresenta esta proposta de alteração com dois objectivos:

1º - Porque coloca objectivos bastante diversificados em relação àqueles que têm sido seguidos pelo Governo Regional nesta matéria.

2º - Porque este é um dos programas bem evidentes da não execução deste Governo nos últimos 8 anos.

Lembraria apenas que no ano de 77 este foi um dos programas que teve uma execução de apenas 30%. Portanto, não é necessário de facto e reconhecemos que esta verba poderia e deveria ter sido utilizada - como vamos utilizá-la - noutros programas.

Não esqueçamos, todavia, que a anterior equipa, por exemplo, da Educação e Cultura dizia que "o Parque Desportivo de Angra estava para a Região assim como o Parque Nacional estava para o País"; apresentava-se o Pavilhão da Horta dizendo que ele estava para a Horta assim como não sei quê para não sei quem; o de Ponta Delgada como não sei quê para não sei quantos, mas, em contrapartida, não se despendiam as verbas.

**Presidente:** votamos agora o Programa 3 na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm também se podem sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada com 26 votos favoráveis do PSD, registando 21 votos contra do PS, 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Abstivemo-nos em relação a esta proposta porque consideramos que os objectivos estão insuficientemente definidos.

Disse.

**Presidente:** Há uma proposta de aditamento de um Programa 3-A, apresentada pelo Partido Socialista, e que passamos a votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este Programa 3-A façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, registando 21 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e 1 voto favorável do PCP.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa para uma declaração de voto.

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista ao apresentar este programa tem consciência plena de que ele é necessário, desde há muito, nos Açores.

Uma das questões que se colocava (e coloca!) é a vinda da verba. Durante a discussão deste PMP concluímos, pelas informações dadas pelo Sr. Secretário Regional da Economia, que iríamos receber dinheiro do PRODEP. O PRODEP tem 300 milhões de contos para Portugal. A única coisa que nós fazemos é pedir a importância de 3 milhões para o combate ao insucesso escolar nesta Região, que é de facto - e repetimos - assustador e que faz reduzir ao insucesso um terço das verbas despendidas em despesas correntes na Educação.

Consideramos que é necessário e fundamental a promoção de acções de formação de professores porque consideramos que é nessa área que é necessário investir, rapidamente, em alguns sectores, porque consideramos que por aí passa, de facto, algum do nosso insucesso.

Consideramos que é fundamental a fixação de docentes em muitas localidades da nossa Região, porque não temos professores portadores de habilitação própria nessas localidades e é necessário dar-lhes condições diversificadas para que lá se fixem.

É por isso que nós apresentámos este programa.

**Presidente:** Para o Programa 4 há uma proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista, que passamos a votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 21 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e 1 voto favorável do PCP.

**Presidente:** votamos agora o Programa 4 na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm também se podem sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada com 26 votos favoráveis do PSD, registando 21 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP e 2 abstenções

do CDS.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos de acordo com o programa apresentado. No entanto votámos contra porque consideramos a verba exígua.

Disse.

**Presidente:** Para o Programa 5 há uma proposta de alteração, apresentada pelo Partido Socialista, que passamos a votar.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 26 votos contra do PSD e 2 votos contra do CDS e registou 21 votos favoráveis do PS e 1 voto favorável do PCP.

**Presidente:** Votamos agora o Programa 5 na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém também se pode sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada com 26 votos favoráveis do PSD e 2 votos favoráveis do CDS, registando 21 votos contra do PS e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Programa 6. Passamos a votar a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 21 votos favoráveis do PS, 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós consideramos que as rádios locais devem ser devidamente apoiadas com substracto legal.

Disse.

**Presidente:** Votamos agora o Programa 6 na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém façam o favor

de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada com 26 votos favoráveis do PSD e 1 voto favorável do PCP, registando 21 votos contra do PS e 2 abstenções do CDS.

**Presidente:** Para o Programa 7 existem duas propostas de alteração: uma do Partido Socialista e outra do Partido Comunista.

Votamos, em primeiro lugar, a proposta do Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 26 votos contra do PSD e 1 voto contra do PCP, registando 21 votos favoráveis do PS e 2 votos favoráveis do CDS.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós votámos contra porque também não percebemos o porquê da redução proposta.

Disse.

**Presidente:** Votamos agora a proposta do Partido Comunista Português.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 21 abstenções do PS, 2 abstenções do CDS e 1 voto favorável do PCP.

**Presidente:** Votamos agora o Programa 7 na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstém façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada com 26 votos favoráveis do PSD, registando 21 votos contra do PS, 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Para o Programa 8 há uma proposta de alteração, apresentada pelo Partido Socialista, que passamos a votar.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 21 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS

e 1 voto favorável do PCP.

**Presidente:** Votamos agora o Programa 8 na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se absteve também se pode sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada com 26 votos favoráveis do PSD, registando 21 votos contra do PS, 2 votos contra do CDS e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Para o Programa 9 existe uma proposta de alteração, apresentada pelo Partido Socialista, que passamos a votar.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 21 votos favoráveis do PS, 2 abstenções do CDS e 1 voto contra do PCP.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):**Sr.Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Votámos contra porque consideramos que a redução da verba aqui, em nosso entender, não é defensável.

Disse.

**Presidente:** Votamos agora o Programa 9 na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada com 26 votos favoráveis do PSD e 1 voto favorável do PCP, registando 21 votos contra do PS e 2 abstenções do CDS.

**Presidente:** Para o Programa 10 há uma proposta de alteração, apresentada pelo Partido Socialista, que passamos a votar.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 21 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e 1 voto favorável do PCP:

**Presidente:** Votamos agora o Programa 10 na

proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada com 26 votos favoráveis do PSD, registando 21 votos contra do PS, 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP:

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para uma declaração de voto.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para sublinhar que o Grupo Parlamentar do PSD não pretende a "promoção de programas para a prevenção do alcoolismo, tabagismo, toxicod dependência e luta contra o cancro".

**Presidente:** Srs. Deputados, deixaremos para votação final os artigos para os quais não existem propostas de alteração - o 11º, o 12º e o 13º.

Assim sendo, passaremos ao Programa 14º e votaremos a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 21 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e 1 voto favorável do PCP.

**Presidente:** Votamos agora o Programa 14 na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se absteve também se pode sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada com 26 votos favoráveis do PSD, registando 21 votos contra do PS, 2 votos contra do CDS e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Para o Programa 15 há uma proposta de alteração, apresentada pelo Partido Socialista, que passamos a votar.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se absteve também se pode sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 21 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Votamos agora o Programa 15 na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se absteem também se pode sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada com 26 votos favoráveis do PSD, registando 21 votos contra do PS, 2 votos contra do CDS e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Para o Programa 16 existe uma proposta de alteração, apresentada pelo Partido Socialista, que passamos a votar.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se absteve faça o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 26 votos contra do PSD e 2 votos contra do CDS, registando 21 votos favoráveis do PS e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Votamos agora o Programa 16 na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se absteve faça o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada com 26 votos favoráveis do PSD e 2 votos favoráveis do CDS, registando 21 votos contra do PS e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Para o Programa 17 existe uma proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista, que passamos a votar.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 21 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e 1 voto favorável do PCP.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para uma declaração de voto.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É apenas para lembrar que o PSD no seu programa eleitoral e programa de Governo - propunha-se recuperar 2 400 fogos de habitação degradada/ano.

Nós continuamos a pensar que é possível juntar os números à eficácia política e conseguir a construção de 1 200 fogos/ano.

**Presidente:** Votamos agora o Programa 17 na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada com 26 votos favoráveis do PSD, registando 21 votos contra do PS, 2 votos contra do CDS e 1 voto contra do PCP.

**Presidente:** Votamos agora o Programa 18 na proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se absteem também se pode sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 21 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para uma declaração de voto.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Esta proposta tem uma razão de eficácia, ao substituir os planos de urbanização pelos planos directores- eficácia em relação ao ordenamento urbanístico e em relação também à habitação.

**Presidente:** Votamos agora o Programa 18 na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada com 26 votos favoráveis do PSD e 1 voto favorável do PCP, registando 21 votos contra do PS e 2 votos contra do CDS.

**Presidente:** Passamos a votar o Programa 19 na proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se absteem faça o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 26 votos contra do PSD e 2 votos contra do CDS, registando 21 votos favoráveis do PS e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para uma declaração de voto.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:



É apenas para lembrar à Assembleia que apesar do título que tem este programa - "Equipamentos Colectivos" - trata-se sim de edifícios do Governo Regional, do qual tirámos 980 mil contos para dar à habitação e ao ordenamento urbanístico.

**Presidente:** Votamos agora o Programa 19 na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada com 26 votos favoráveis do PSD e 2 votos favoráveis do CDS, registando 21 votos contra do PS e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Passamos a votar o Programa 20 na proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 21 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e 1 voto favorável do PCP.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para uma declaração de voto.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para lembrar que esta Assembleia acaba de condenar a Região a estar durante mais 4 anos, depois de não ter carta de uso de solos, carta de capacidade de solos, também a não ter nem fazer nenhum esforço no sentido de conseguir uma carta de qualidade das águas.

**Presidente:** Votamos agora o Programa 20 na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstiveram façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada com 26 votos favoráveis do PSD, registando 21 votos contra do PS, 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Deixaremos para uma 2ª votação os artigos para os quais o Partido Socialista apresenta propostas de aditamento.

Passamos ao Programa 22 para o qual há uma proposta de alteração, apresentada pelo Partido Socialista, e que votaremos de seguida.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 21 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e 1 voto favorável do PCP.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Votámos favoravelmente esta proposta porque consideramos que os objectivos estão melhor definidos do que na proposta apresentada pelo Governo.

Disse.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para uma declaração de voto.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu podia ler esta proposta em duas edições: uma do Programa do Governo do PSD e outra do texto que aqui tenho, porque o que aqui está resultou apenas - exactamente porque nós estamos fazendo o Plano a Médio Prazo do PS - da inclusão nesta proposta para o "desenvolvimento agrícola" daquilo que o PSD prometeu no seu Programa de Governo. Prometeu, nomeadamente, não só "promover o aumento e a competitividade da produção" mas a "diversificação" - prometeu no Programa do Governo; retirou no Plano de Médio Prazo, e agora votou contra aquilo que tinha votado no seu Programa de Governo.

Prometeu ainda no Programa de Governo o "aproveitamento integral das capacidades agrícolas de cada ilha, contemplando, nomeadamente, os seguintes aspectos:

- Vocação de cada ilha e os recursos a aproveitar;

- Rede de caminhos de penetração a executar;

- Rede de água a construir;

- Rede eléctrica a instalar;

- Recuperação e apoio às culturas industriais;

- Apoio do fomento da produção ovina e caprina;

- Apoios técnicos à criação de empresas agrícolas viáveis".

Tudo isso o PSD vota por duas vezes: uma "a favor" no Programa do Governo onde apenas valem promessas; outra "contra" no Plano de Médio Prazo onde se necessitam obras.

Igualmente no seu Programa de Governo o PSD prometeu:

- "Desenvolver a investigação agrícola, assegurando a sua posterior e conveniente divulgação, mediante acções de extensão descentralizadas e vocacionadas para as aptidões de cada ilha;

- Aproveitar as vantagens comparativas dos Açores para a bonivicultura, promovendo:

- Melhoramento genético

- Aumento das produtividades unitárias
- Melhoria da alimentação na base da produção forrageira de qualidade
- Aproveitamento dos terrenos ainda susceptíveis de aproveitamento
- Sistema de manejo e de defesa sanitária do gado.

Votou "a favor" no Programa de Governo; votou "contra" no Plano de Médio Prazo.

**Presidente:** Srs. Deputados, para o Programa 22 há também uma proposta de aditamento, apresentada pelo Partido Comunista Português, a qual vai ser votada de seguida para facilitar os trabalhos da Mesa.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta de aditamento, apresentada pelo Partido Comunista Português, façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 21 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e 1 voto favorável do PCP.

**Presidente:** Votamos agora o Programa 22 na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada com 26 votos favoráveis do PSD, registando 21 votos contra do PS, 2 votos contra do CDS e 1 voto contra do PCP.

**Presidente:** Para o Programa 24 há uma proposta de alteração, apresentada pelo Partido Socialista, que passamos a votar.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se absteve faça o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 21 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para uma declaração de voto.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Errar uma vez é fraqueza; reincidir é outra coisa qualquer.

O Programa 24 também faz o mesmo que única e exclusivamente se fez no Programa 22, ou seja, trazer para o Plano de Médio Prazo, que é a concretização do Programa do Governo, aquilo que alguém esqueceu na passagem de uma coisa

para a outra.

Nós não nos esquecemos! Nós queremos que **este** Partido cumpra o seu Programa! O instrumento que ele tem para o cumprimento do seu Programa é exactamente o Plano de Médio Prazo - não conheço efectivamente outro - e por isso pusemos af essas alterações, que não são nossas, mas sim vossas, na tentativa de voltarem a ser reafirmadas e assumidas pela maioria e ditadas ao Governo que se tinha esquecido.

A maioria prefere esquecer aquilo que o Governo também esqueceu...

Os Açorianos, decerto, não esquecerão!

**Vozes do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós abstivemo-nos nesta votação, não por estarmos contra a protecção dos recursos florestais que impeçam o arroteamento dos terrenos com vocação florestal, mas porque pensamos que isto é uma medida a ser aplicada por via legislativa.

Disse.

**Presidente:** Votamos agora o Programa 24 na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada com 26 votos favoráveis do PSD, 2 votos favoráveis do CDS e 1 voto favorável do PCP, registando 21 votos contra do PS:

**Presidente:** Passamos a votar o Programa 32 na proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 21 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e 1 voto favorável do PCP.

**Presidente:** Votamos agora a proposta de aditamento, apresentada pelo Partido Comunista, para o Programa 32.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 21 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e 1 voto favorável do PCP.

**Presidente:** Votamos agora o Programa 32 na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada com 26 votos favoráveis do PSD, registando 21 votos contra do PS, 2 votos contra do CDS e 1 voto contra do PCP.

**Presidente:** Passamos a votar o Programa 33 na proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 26 votos contra do PSD e 1 voto contra do PCP, registando 21 votos favoráveis do PS e 2 votos favoráveis do CDS.

**Presidente:** Votamos agora o Programa 33 na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se absteve também se pode sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada com 26 votos favoráveis do PSD e 2 votos favoráveis do CDS, registando 21 votos contra do PS e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Passamos ao Programa 39 e votamos a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se absteve faça o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 21 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Votamos agora o Programa 39 na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstiveram façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada com 26 votos favoráveis do PSD, registando 21 votos contra do PS, 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Passamos ao Programa 40 e votamos a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 21 votos favoráveis do PS, 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Votamos agora o Programa 40 na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se absteve faça o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada com 26 votos favoráveis do PSD e 2 votos favoráveis do CDS, registando 21 votos contra do PS e 1 abstenção do PCP:

**Presidente:** Passamos a votar o Programa 41 na proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se absteve faça o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 21 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Votamos agora o Programa 41 na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada com 26 votos favoráveis do PSD e 1 voto favorável do PCP, registando 21 votos contra do PS e 2 abstenções do CDS.

**Presidente:** Passamos ao Programa 43 e votamos a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com

26 votos contra do PSD, registando 21 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e 1 voto favorável do PCP.

**Presidente:** Votamos agora o Programa 43 na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada com 26 votos favoráveis do PSD e 1 voto favorável do PCP, registando 21 votos contra do PS e 2 abstenções do CDS.

**Presidente:** Srs. Deputados, passaremos agora à votação das propostas de aditamento.

Votaremos, em primeiro lugar, a proposta de aditamento apresentada pelo Partido Socialista para o Programa 21.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 21 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e 1 voto favorável do PCP.

**Presidente:** Votamos agora a proposta do Governo para o Programa 21.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada com 26 votos favoráveis do PSD, registando 21 votos contra do PS, 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para uma declaração de voto.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu recordo à Assembleia que foi criada uma Secretaria do Turismo e Ambiente.

Julgava eu, julgávamos açorianos possivelmente, talvez julgasse alguém da maioria sentado naquela bancada que era fazer mais algumas coisas do que se tem feito no domínio do ambiente na Região, mas que essas "mais algumas coisas" seriam possíveis de prever a 4 anos - e parece que eram possíveis de prever a 4 anos no mês de Outubro passado. Agora parece que não é possível prever a 4 anos.

"Criar uma rede de vigilância que garanta a defesa do ambiente da Região, com especial

relevância para as zonas declaradas como reserva natural "é uma coisa perfeitamente evidente e aceitável.

Além disso - e nós julgávamos que isso nos dava bastante segurança na apresentação desta proposta - isto está no Programa do IV Governo Regional. Deixa de estar no PMP.

Pergunto:

- Continua no Programa do IV Governo Regional?

"Promover os apoios técnicos necessários para as autarquias executarem as acções de defesa do ambiente e da qualidade de vida dos cidadãos, nomeadamente nas praias e litoral".

Também estava no Programa do Governo. Ficámos a saber que não está no PMP.

- Deixará de estar no Programa do Governo?

"Desenvolver acções de divulgação de legislação, estudos e resultados obtidos a vários níveis, designadamente para apoio aos vários graus de ensino".

Nem sequer, Srs. Deputados, custava mais dinheiro. Custava apenas um pouco de coerência entre 6 meses (ou nem tanto) que passaram entre uma coisa e outra. Não se perdeu dinheiro: perdeu-se outra coisa qualquer!...

**Presidente:** Votamos agora a proposta de aditamento, apresentada pelo Partido Socialista, para o Programa 23.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 21 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e 1 voto favorável do PCP.

**Presidente:** Votamos agora o Programa 23 na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada com 26 votos favoráveis do PSD, registando 21 votos contra do PS, 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para uma declaração de voto.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Tenho que confessar realmente um pecado: cedi à tentação e transcrevi essa proposta do Programa do PS. Ela não passou, mas peço desculpa à Assembleia: esta era mesmo do Programa do PS!

Não puderam votar a favor, mas espero que

me possam desculpar.

**Deputado Fernando Faria** (PSD): Não é necessário estares a indicar as "fontes"!

(Risos do PSD)

**Presidente:** Passamos à proposta de aditamento, apresentada pelo Partido Socialista, para o Programa 25.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 21 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e 1 voto favorável do PCP.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa para uma declaração de voto.

**Deputado Manuel Serpa** (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

A posição do Partido Socialista em relação a este sector ficou ontem bem marcada, registada e evidenciada nesta Casa.

A intenção de propormos isto é tentar colaborar na resolução de um problema que parece que muita gente não percebe: as Pescas - volto a dizer - não são o "mar de rosas" que muita gente está a imaginar.

Precisamos de, imediatamente, inserir nos currículos escolares das escolas a área das Pescas.

A nossa posição era um Instituto Regional de Pescas, porque nós sabemos que o DOP só funciona com injeções de dinheiro da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas. No DOP que ali existe, houve homens que já tiraram dinheiro da algibeira para comprar um quilo de chicharro para fazer experiências. Toda a gente sabe disto na Horta!

O DOP não tem dinheiro, não sei qual será (sei qual foi!) o comportamento da Universidade em relação ao DOP, mas já que o dinheiro é das Pescas, já que a Secretaria é que está entusiasmada, devia ser era um Instituto Regional das Pescas. Esta é a nossa posição!

Mais: não se pode esperar 4 anos para arranjar um barco que ande a fazer investigação científica!

Ouvimos na Semana das Pescas uma Srª competente, formada, dizer que o goraz, a preciosidade da pesca de fundo, está "sobre" (reparem bem, está sobre e não sub) e, portanto, qualquer dia também não há goraz porque estão a apanhar o carapau do alto que depois vai resultar no goraz.

Sem investigação científica não sabemos o que é que vai acontecer. Aliás, sem o que está aqui, não sei como é que o objectivo enunciado no Plano se pode cumprir: "Garantia da evolução

favorável dos rendimentos dos produtores".

Se de facto este ano houver superabundância de bonito, as Pescas vão regredir marcadamente: as indústrias já querem, neste momento, pagar menos 10\$00 por quilo no preço do bonito - e, como é óbvio, nós não sabemos, porque não temos meios para saber, se vai aparecer muito ou pouco bonito; não sabemos por que é que se apanha o atum, embora haja pistas de muito ou pouco atum.

Portanto, se não investirmos na investigação das Pescas e se houver a superabundância do bonito (reparem bem!), **as Pescas vão regredir**. A intenção de nós fazermos um apelo veemente à investigação científica levou-nos a inculcar isto aqui.

Não querem? Paciência! Sem isto não sei onde as Pescas irão ter!

Obrigado.

**Presidente:** Votamos agora a proposta do Governo para o artigo 25º.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstiveram façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada com 26 votos favoráveis do PSD, registando 21 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP e 2 abstenções do CDS.

**Presidente:** Passamos agora à proposta de aditamento, apresentada pelo Partido Socialista, para o Programa 26.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 21 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e 1 voto favorável do PCP.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para uma declaração de voto.

**Deputado Dionísio de Sousa** (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Mais uma vez se prova que nada se desactualiza mais rapidamente do que um Programa de Governo - e um Programa de Governo aprovado por esta maioria: esta proposta é do Programa do Governo do PSD!

**Presidente:** Votamos agora a proposta do Governo para o Programa 26.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se absteve faça o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada com 26

votos favoráveis do PSD e 2 votos favoráveis do CDS, registando 21 votos contra do PS e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Passamos ao Programa 27 e votamos a proposta de aditamento apresentada pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Sr. Deputado que se absteve faça o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 21 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Votamos agora o Programa 27 na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se absteve faça o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada com 26 votos favoráveis do PSD e 2 votos favoráveis do CDS, registando 21 votos contra do PS e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Passamos ao Programa 28 e votamos a proposta de aditamento apresentada pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 21 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e 1 voto favorável do PCP.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para uma declaração de voto.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Para um programa sobre artesanato, um voto artesanal: é feito pelas vossas mãos e destruído pelas vossas mãos!

(Protestos inaudíveis da bancada do PSD)

**Presidente:** Srs. Deputados, votamos agora a proposta do Governo para o Programa 28.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada com 26 votos favoráveis do PSD, 2 votos favoráveis do CDS e 1 voto favorável do PCP, registando 21 votos contra do PS.

**Presidente:** Passamos a votar a proposta de

aditamento, apresentada pelo Partido Socialista, para o Programa 29.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 21 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e 1 voto favorável do PCP.

**Presidente:** Votamos agora a proposta do Governo para o Programa 29.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Sr. Deputado que se absteve faça o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada com 26 votos favoráveis do PSD e 2 votos favoráveis do CDS, registando 21 votos contra do PS e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Passamos ao Programa 42 e votamos a proposta de aditamento apresentada pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 21 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e 1 voto favorável do PCP.

**Presidente:** Votamos agora a proposta do Governo para o Programa 42.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada com 26 votos favoráveis do PSD, 2 votos favoráveis do CDS e 1 voto favorável do PCP, registando 21 votos contra do PS.

**Presidente:** Temos agora uma série de artigos para os quais não há propostas de alteração. Pergunto aos Srs. Deputados se há inconveniente em votarmos em bloco ou preferem que se vote separadamente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, eu preferiria que se votasse programa por programa.

**Presidente:** Assim sendo, vamos votar programa por programa as propostas do Governo.

Passamos a votar o Programa 11.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se absteve faça o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada com 26 votos favoráveis do PSD, 20 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e registou 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Votamos agora o Programa 12.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se absteve faça o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada com 26 votos favoráveis do PSD, 20 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e registou 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Passamos a votar o Programa 13.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se absteve faça o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada com 26 votos favoráveis do PSD, 19 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós estamos de acordo com o objectivo proposto. No entanto consideramos a dotação insuficiente.

Obrigado.

**Presidente:** Passamos a votar o Programa 30.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

**Secretário:** A proposta foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Votamos agora o Programa 31.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada com 26 votos favoráveis do PSD e 19 votos favoráveis do PS, registando 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Passamos a votar o Programa 34.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

**Secretário:** A proposta foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Votamos agora o Programa 35.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor

de se deixar estar como estão.

**Secretário:** Foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos a votar o Programa 36.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstiveram façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada com 26 votos favoráveis do PSD, 19 votos favoráveis do PS, 1 voto favorável do PCP e 2 abstenções do CDS.

**Presidente:** Passamos a votar o Programa 37.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

**Secretário:** Foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Votamos agora o Programa 38.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

**Secretário:** Foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Srs. Deputados, chegámos ao fim da votação do Plano de Médio Prazo.

Passamos a votar o Plano para 1989 para o qual não há propostas de alteração.

Pergunto se podemos votar os programas globalmente ou se preferem que se vote cada programa separadamente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O meu sentido de voto em relação ao Plano para 1989, é exactamente igual ao do Plano a Médio Prazo.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A posição do Grupo Parlamentar do CDS é no sentido de que de facto se faça uma votação global dos programas contidos no Plano para 1989.

Com a nossa abstenção na discussão da especialidade do Plano para 89 queremos dizer que tem o mesmo sentido de voto que foi feito relativamente ao Plano de Médio Prazo.

**Presidente:** O Sr. Deputado Paulo Valadão concorda com esta sugestão?

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Penso que efectivamente posso aceitar a sugestão do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Presidente:** Então votaremos na especialidade os programas em conjunto.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Plano para 1989 foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, registando 21 abstenções do PS, 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para uma declaração de voto.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A nossa abstenção tem dois sentidos: um deles corresponde à realidade dos nossos trabalhos parlamentares, ou seja efectivamente os nossos trabalhos parlamentares, desde os pareceres das Comissões até todo o trabalho que foi feito nesta Assembleia, se centrou, como era óbvio, no Plano de Médio Prazo - e aí afirmámos as nossas posições.

Tem por outro lado, um outro significado, que é a admissão de que, em relação ao Plano Anual na sua ligação com o Plano de Médio Prazo, podem ser introduzidas correcções na execução.

Por esta razão podemos perfeitamente conciliar o nosso voto contra o Plano de Médio Prazo com a abstenção no Plano para 89, pensando que a execução pode trazer algumas alterações em relação aos propósitos do Plano de Médio Prazo.

**Presidente:** Srs. Deputados, passamos agora à votação da Proposta de Decreto Legislativo Regional do Orçamento da Região para 1989.

Para este Orçamento existem propostas de aditamento apresentadas pelo Partido Comunista.

Passamos a votar a proposta de aditamento para um artigo 4º-A.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 21 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e 1 voto favorável do PCP.

**Presidente:** Votamos agora a proposta de aditamento para um artigo 6º-A.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 21 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e 1 voto favorável do PCP.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós consideramos que seria da mais elementar justiça que efectivamente se tivesse consignado o pagamento do acréscimo salarial aos funcionários públicos desta Região.

Apenas queremos lamentar que o mesmo não tenha sido consignado.

Disse.

**Presidente:** Votamos agora a proposta de aditamento de um artigo 7º-A.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi rejeitada com 26 votos contra do PSD, registando 21 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e 1 voto favorável do PCP.

**Presidente:** Passamos agora à votação dos artigos propostos pelo Governo. Não existem propostas de alteração.

Votamos o artigo 1º e os respectivos mapas na proposta do Governo.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada com 26 votos favoráveis do PSD, registando 21 votos contra do PS, 2 votos contra do CDS e 1 voto contra do PCP.

**Presidente:** Passamos a votar o artigo 2º.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

**Secretário:** Foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Votamos agora o artigo 3º.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 3º foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, registando 21 votos contra do PS, 2 votos contra do CDS e 1 voto contra do PCP.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para uma declaração de voto.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

As incertezas quanto ao montante real da dívida da Região, as incertezas também quanto aos recursos financeiros que poderão advir, nomeadamente da CEE, incertezas que estão espelhadas ao longo do Plano de Médio Prazo, colocam-nos na impossibilidade de, com um mínimo de consciência e de responsabilidade, fazer a Região arcar com mais dívidas que, sabemos, foram espectacularmente aumentadas no ano passado.

Dá o nosso voto contra.

**Presidente:** Passamos ao artigo 4º.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 4º foi aprovado com 26



votos favoráveis do PSD, registando 21 votos contra do PS, 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Passamos ao artigo 5º.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 5º foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, registando 21 abstenções do PS, 2 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Votamos agora o artigo 6º.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

**Secretário:** O artigo 6º foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos ao artigo 7º.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se absteve faça o favor de sentar.

**Secretário:** O artigo 7º foi aprovado com 26 votos favoráveis do PSD, 21 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Votamos o artigo 8º.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

**Secretário:** Foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Votamos agora o artigo 9º.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

**Secretário:** O artigo 9º foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos ao artigo 10º.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

**Secretário:** O artigo 10º foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Srs. Deputados, chegámos ao fim desta votação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa para uma declaração de voto.

**Deputado Madruga da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O debate do Plano de Médio Prazo, para 1989/92, do Plano e Orçamento para 1989 constituiu um ponto alto na vida da nossa Assembleia.

Proporcionou esse debate uma salutar troca de ideias e pontos de vista e traduziu-se numa ocasião privilegiada para que cada formação partidária aqui representada apresentasse as suas opiniões sobre os documentos que se acabaram de votar e que vão pautar a acção governativa

ao longo do período a que cada um deles se reporta.

São documentos fundamentais que concretizam, por um lado, as propostas que o PSD no último acto eleitoral apresentou ao Povo dos Açores, e por outro lado, dão conteúdo prático e real às linhas programáticas do Governo, oportunamente aprovadas por esta Assembleia.

Mas são também um importantíssimo referencial para toda a vida regional, pois que as opções tomadas e as prioridades estabelecidas denotam a aplicação dos valores humanistas da Social Democracia, postos ao serviço do desenvolvimento económico, social e cultural da nossa comunidade.

A leitura política, **mas humanizada**, destes documentos não deixará de perceber o cuidado pelos mais fracos e carecidos, a solidariedade para com todos, do que resulta a unidade que é a nossa força, a atenção para com a juventude e os seus problemas, a solicitude para com os idosos, a inquietação com o sofrimento na doença, a alegria que desponta na vida que nestas ilhas se renova, dando razão à esperança e à certeza do futuro.

E neles se percebe a animação que se pretende da vida económica em todos os seus sectores de actividade, da terra ao mar, do comércio à indústria e aos serviços, na convicção de que empresários e trabalhadores, na comunidade humana das empresas não deixarão de corresponder ao apelo estimulante que brota das páginas destes documentos.

Durante estes dias a oposição do PS, do CDS e do PCP não conseguiram lograr os seus intentos na tentativa de demonstrar a ineficácia do PMP, do Plano e Orçamento e as propostas alternativas apresentadas, nem eram fundamentadas nem consistentes, nem apontavam para a introdução de melhorias técnicas, antes pelo contrário, mostraram-se, como foi afirmado, meramente simbólicas.

(Protestos inaudíveis da bancada do PS)

**O Orador:** O Governo e a maioria do Partido Social Democrata pôde, pelo contrário, responder às perguntas formuladas, esclarecer as questões postas, provou a justeza das opções e das prioridades estabelecidas, e fê-lo na coesão e unidade de quem sente que realiza um projecto comum, e luta por uma causa nobre.

Daqui por um ano, daqui por 4 anos, os que aqui estiverem ainda não-de encontrar defeitos e limitações em documentos idênticos. Nós, pelo nosso lado, continuaremos entretanto a dar o melhor do nosso esforço para mais e melhor servir os Açores e os Açorianos.

Porque acreditamos e fazemos confiança no Governo que apoiamos, porque lhe reconhecemos capacidade para, com determinação e firmeza,

levar a bom termo as propostas que apresentou a esta Assembleia, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata votou favoravelmente o Plano de Médio Prazo 89/92 e o Plano e Orçamento para 1989.

(Aplausos do PSD e do Governo)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para uma declaração de voto.

**Deputado Alvarino Pinheiro (CDS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS votou contra o Plano de Médio Prazo 1989/92 e o Plano e Orçamento para o corrente ano pelas razões exaustivamente expostas ao longo do debate e sintetizadas na intervenção de encerramento.

Tal atitude fundamentou-se assim em razões lógicas de índole política e na denúncia de situações que afectam a vida sócio-económica desta Região e para as quais o Governo se tem demonstrado incapaz de solucionar.

Outra das razões de discordância assenta na flagrante contradição constatada entre alguns dos objectivos enunciados nos documentos apreciados e os meios e medidas propostas para os atingir.

O facto de termos votado, na especialidade, favoravelmente alguns programas, significa que o Grupo Parlamentar do CDS reconhece e aceita que muitas das acções previstas no Plano são positivas e adequadas à satisfação de necessidades prementes da população açoriana e da sua economia. Só lamentamos que a maioria mantenha a sua postura de não aceitação das propostas e sugestões aqui apresentadas, só pelo facto de partirem da oposição. Aliás, subscreve naturalmente tais propósitos.

Os meios financeiros que se prevêem ao dispôr da Região para os próximos quatro anos são efectivamente avultados. Daí que necessariamente decorrerá um substancial impacto na nossa situação sócio-económica.

Espera o Grupo Parlamentar do CDS que a acção do Governo corresponda às legítimas aspirações e anseios da população açoriana.

Pela nossa parte continuaremos a participar construtivamente no cumprimento do nosso papel de força política inserida no quadro da oposição parlamentar, em ordem à maximização dos resultados dos documentos agora aprovados.

Disse.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para uma declaração de voto.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Denunciar é a única coisa que me compete fazer, neste momento, em nome do Grupo Parlamentar do PS. Denunciar e protestar.

Denunciar o manobristo informativo da maioria que subordina o trabalho desta Assembleia ao propósito supremo da divulgação e da propaganda

da figura do seu líder.

Protestar contra o aviltamento progressivo de uma Assembleia ao serviço de uma maioria regional que, quanto menos maioria é, mais se aproxima do comportamento dos partidos únicos, mas tem de dar ao líder aquilo que a população cada vez mais lhe retira - apoio incondicional e cego.

Estes Planos não resolverão os desafios com que os Açores se defrontarão nos próximos 4 anos, mas as circunstâncias que rodearam a sua elaboração, apresentação, discussão e aprovação nesta Assembleia esvaziaram totalmente de alcance o seu conteúdo e o seu valor democrático.

Disse.

**Vozes do PS:** Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós votámos contra o Plano de Médio Prazo, o Plano Anual e o Orçamento para 89 como consequência de toda a discussão, de toda a argumentação que trouxemos para aqui durante estes 2 ou 3 dias de acelerado debate.

Nós consideramos que os desequilíbrios sociais na nossa Região vão continuar a manter-se com a execução deste Plano; nós consideramos que o desenvolvimento harmónico da Região não vai ser uma consequência da aplicação deste Plano. Outra solução não haveria senão aquela que nós tomámos.

Por outro lado, em relação ao Orçamento, também queremos lamentar o facto de que a maioria tenha fugido à exigência que nós propunhamos: de que o Governo Regional prestasse contas, em prazos fixos, a esta Câmara em relação aos empréstimos, em relação às execuções materiais e financeiras do Plano, etc.

Apenas temos que lamentar que a força dos números imponha-se à força da razão, à força da coerência; no fundo, àquilo que seria normal numa vivência de sã democracia.

Disse.

**Presidente:** Srs. Deputados, terminou assim o primeiro ponto da nossa Ordem de Trabalhos.

O ponto nº 2 é uma **Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Remuneração extraordinária a atribuir aos funcionários e agentes da Administração Regional"**.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Administração Interna para, se assim o entender, fazer a apresentação desta proposta.

**Secretário Regional da Administração Interna (Costa Neves):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O que nos move quanto à atribuição da remuneração extraordinária relativa ao ano de 88 são princípios da mais elementar justiça.

Fazêmo-lo com grande esforço em termos orçamen-

tais. A nossa decisão não tem pois o mesmo fundamento do Decreto-Lei 450-A/88, ou seja, disponibilidades do Orçamento Geral do Estado em 88.

E fazêmo-lo porque consideramos, como disse ontem na minha intervenção, que tem sido e vai continuar a ser decisiva como um dos suportes do processo de desenvolvimento dos Açores a participação dos funcionários e agentes da Administração Regional.

Procederemos ao pagamento da remuneração extraordinária - caso esta proposta seja aprovada - totalmente em numerário.

Manifestamos o nosso total acordo com o conteúdo do cuidado relatório da Comissão dos Assuntos Políticos e Administrativos.

Obrigado.

**Presidente:** Se algum dos Srs. Deputados pretende pedir esclarecimentos sobre esta apresentação faça o favor de se inscrever.

Não havendo inscrições, declaro aberta a discussão na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

**Deputado Fernando Fonte (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É só para nos congratularmos com a apresentação dessa proposta na Assembleia Regional e lembrar que fomos nós, no dia 24 de Janeiro, que trouxemos a esta Câmara este problema cuja resolução considerávamos que era urgente.

Muito obrigado.

**Presidente:** Continua aberta a discussão na generalidade. Não havendo intervenções passamos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, na generalidade, com esta proposta façam o favor de se deixar estar como estão.

**Secretário:** A proposta foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Passamos agora à especialidade. Dispensa-se a leitura, uma vez que tem já o parecer.

Está aberta a discussão sobre o artigo 1º. Não havendo intervenções passamos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 1º façam o favor de se deixar estar como estão.

**Secretário:** O artigo 1º foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Está à discussão o artigo 2º. Não havendo intervenções passamos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

**Secretário:** O artigo 2º foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Está à discussão o artigo 3º. Não havendo intervenções passamos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

**Secretário:** O artigo 3º foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Está à discussão o artigo 4º.

Não havendo intervenções passamos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

**Secretário:** O artigo 4º foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Fica, assim, aprovado este diploma que baixa à Comissão para a redacção final.

Srs. Deputados antes de terminarmos a Mesa apresenta a seguinte Proposta de Resolução:

"A Mesa da Assembleia Regional dos Açores, propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de Março."

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se deixar estar como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta foi aprovada por maioria com 26 votos favoráveis do PSD, 21 votos favoráveis do PS, 2 votos favoráveis do CDS e 1 voto contra do PCP.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha declaração de voto vai ser muito rápida, até porque o cansaço impede-me de dar o rendimento que desejará.

É apenas para manifestar aqui o meu desacordo em que se faça uma discussão como esta que foi aqui feita neste contra-relógio, neste aceleramento, quando nós consideramos que efectivamente este período poderia ter-se prolongado, que poderíamos com mais calma e com mais atenção, ter feito uma melhor discussão dos documentos em causa.

Disse.

**Presidente:** Srs. Deputados, chegámos ao fim dos nossos trabalhos.

Desejo Boa Páscoa a todos e até ao próximo período legislativo!

(Eram 14,05 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão: PSD - Manuel Valadão, Victor Cruz); PS - Hélio Pombo).

(Deputado que faltou à Sessão: PS - Carlos Mendonça).

---

**A Redactora de 1ª Classe:** Idília Maria da Costa Macedo Cardoso.